



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

HABEAS CORPUS Nº: 0310057-8

PROCESSO 1º GRAU Nº 0002183.96.2009.8.17.0480

COMARCA : Caruaru – Vara do Tribunal do Júri
IMPETRANTE : Washington Cadete Júnior
PACIENTE : João Paulo da Silva
PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR CONVOCADO : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO CONSUMADO. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. CONCURSO DE PESSOAS. CONCURSO MATERIAL. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA.

I – Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo. Súmula STJ n.º 52.

II - Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 0310057-8 no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 25 de Setembro de 2013.

Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

HABEAS CORPUS Nº: 0310057-8

PROCESSO 1º GRAU Nº 0002183.96.2009.8.17.0480

COMARCA : Caruaru – Vara do Tribunal do Júri
IMPETRANTE : Washington Cadete Júnior
PACIENTE : João Paulo da Silva
PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR CONVOCADO : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

RELATÓRIO

O Bel. Washington Cadete Júnior impetrou ordem de *habeas corpus* liberatório, com pretensão liminar, em favor de João Paulo da Silva, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Caruaru, sob alegação de que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal, no âmbito Processo 1º Grau nº 0002183.96.2009.8.17.0480, a que responde perante a Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Caruaru/PE, pela suposta prática do crime descrito no art. 121, § 2.º, incisos I e IV, c/c art. 14, inciso I, e art. 121, § 2.º, incisos I e IV, c/c art. 14, inciso II, ambos c/c art. 29 e art. 69¹, todos do Código Penal (fls. 02/04).

¹ Art. 14 - Diz-se o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Crime consumado (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I - consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Tentativa (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Pena de tentativa (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Do Concurso de Pessoas

Art. 29 - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Concurso material

Art. 69 - Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro aquela. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Art 121. Matar alguém:

Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

De acordo com o impetrante, o paciente encontra-se preso provisoriamente desde junho de 2009, ou seja, há mais de 04 (quatro) anos, sem que o sumário da culpa tenha sido concluído, o que configura constrangimento ilegal por excesso de prazo. Pugna pela concessão da ordem de *habeas corpus*, para que seja concedido ao paciente o benefício da liberdade provisória (fls. 03/04).

Documentos acostados às fls. 06/16.

Em decisão de fls. 24/25 o Des. Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho, indeferiu o peito liminar e solicitou informações à autoridade apontada coatora, que as prestou às fls. 32/33.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Procurador Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, emitiu parecer pela **denegação** da ordem (fls. 37/38).

É o relatório.

Recife, 25 de Setembro de 2013.

Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

HABEAS CORPUS Nº: 0310057-8

PROCESSO 1º GRAU Nº 0002183.96.2009.8.17.0480

COMARCA : Caruaru – Vara do Tribunal do Júri
IMPETRANTE : Washington Cadete Júnior
PACIENTE : João Paulo da Silva
PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR CONVOCADO : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

VOTO

A autoridade apontada coatora, mediante ofício de fls. 32/33, datado de 20/07/2013, noticia que, muito embora se trate de feito complexo, com pluralidade de réus (cinco), a instrução criminal está encerrada, encontrando-se, o feito, aguardando, a apresentação das alegações finais pelas partes.

O entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que resta superada a alegação de excesso de prazo na formação da culpa, diante da constatação de que a instrução criminal se encontra encerrada.

Assim preconiza a Súmula 52, do Superior Tribunal de Justiça (17/09/1992 - DJ 24.09.1992):

Súmula n.º 52 - "Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".

Nessa senda, colaciono o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. COMPETÊNCIA DAS CORTES SUPERIORES. MATÉRIA DE DIREITO ESTRITO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO DESTE TRIBUNAL, EM CONSONÂNCIA COM A SUPREMA CORTE. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. SEGREGAÇÃO PROVISÓRIA VALIDAMENTE JUSTIFICADA. TESE DE EXCESSO DE PRAZO. ATRASO QUE NÃO É EXACERBADO, TAMPOUCO INJUSTIFICADO. FASE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 - gabdes.alderita@tjpe.jus.br

DAS ALEGAÇÕES FINAIS DA DEFESA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 52 DESTA CORTE. PEDIDO DE EXTENSÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE QUE, EVENTUALMENTE, PUDESSE ENSEJAR A CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

7. Encontrando-se o feito na fase de apresentação das alegações finais da Defesa, incide à espécie o comando do enunciado n.º 52 da Súmula deste Tribunal Superior.

[...]

(HC 251.380/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 13/08/2013, DJe 23/08/2013)

E mais:

RECURSO EM HABEAS CORPUS. CRIMES CONTRA A VIDA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 52/STJ. PRECEDENTES.

1. Encerrada a instrução criminal, não há espaço para se aventar excesso de prazo (Súmula 52 deste Superior Tribunal de Justiça).

2. Recurso em Habeas corpus a que se nega provimento, com a determinação que o Juízo processante implemente celeridade ao julgamento da ação penal.

(RHC 35.907/SE, Rel. Ministro CAMPOS MARQUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PR), QUINTA TURMA, julgado em 13/08/2013, DJe 19/08/2013)

Diante de todo o exposto, acompanhando o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **denego** a ordem de *habeas corpus*.

É como voto.

Recife, 21 de setembro de 2013.

Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Relator Convocado